MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 12:761

É de sua natureza excepcional a intervenção do Estado na fixação de preços, intervenção justificável somente naqueles casos em que é reclamada por razões imperativas de interesse público, verificando-se circunstâncias que excluam a possibilidade de espontânea formação de preços justos e razoáveis.

No sector dos lanifícios têm-se sucedido medidas tendentes a assegurar a disciplina de preços, constituindo o termo da evolução a Portaria n.º 10:092, de 19 de Março de 1945, que assegurou ao industrial a livre iniciativa dos tipos a produzir, reservando apenas para o Estado o direito de determinar preços de custo e de fixar preços de venda.

O regime de tabelamento dos tecidos e artefactos de lã obedeceu, desde o início e acima de tudo, à necessidade de defender uma relativa normalidade da produção, numa altura em que a dificuldade de importar e a insuficiência da matéria-prima nacional prejudicavam o ritmo da sua actividade. Influiu depois no sentido da manutenção do regime o interesse em reconstituir as existências normais na indústria e no comércio.

Modificaram-se as circunstâncias e existem hoje no mercado lanifícios em abundância, encontrando-se restabelecidas condições de equilíbrio, favoráveis ao jogo da oferta e da procura e à livre formação de preços através da concorrência.

Apoiada neste motivo e invocando ainda a tendência que por parte dos produtores se manifesta para uma baixa de preços, baixa de que, no regime actual, o público pouco ou nada beneficia, a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios propôs ao Governo o abandono do tabelamento, como método adequado ao saneamento e redução dos preços de venda dos artigos correntes e à resolução da crise de subconsumo que a indústria atravessa.

Foram ouvidas sobre o assunto a Junta Nacional dos Produtos Pecuários e a comissão de fiscalização de tecidos, uma e outra se pronunciando em sentido favo-

rável à sugestão emanada da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios.

Vai, por isso, ensaiar-se o regresso ao normal funcionamento da actividade neste sector económico, para tanto se suprimindo o sistema de tabelamento. Trata-se de uma experiência cujo resultado se observará com a maior atenção, por ter de se admitir a hipótese de fenómenos desconexos, susceptíveis de contrariarem o objectivo que se tem em vista e sempre possíveis na fase de instabilidade económica em que nos situamos. Se porventura se manifestarem tendências para a especulação e para o desregramento dos preços, o Governo intervirá com a mais decidida energia na defesa do interesse comum.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, que cesse, a partir desta data, o regime de tabelamento dos tecidos e artefactos na indústria e no comércio de lanifícios.

Ministério da Economia, 15 de Março de 1949.—
O Ministro da Economia, *António Júlio de Castro Fernandes*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Despacho

Determino, nos termos da base II da Lei n.º 1:959, de 3 de Agosto de 1937, que seja transferida a quantia de 50.000\$ da verba inscrita no n.º 1) do artigo 10.º «Edições e propaganda» do orçamento da despesa ordinária da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones em vigor no actual ano económico, para reforço da inscrita no n.º 5) do mesmo artigo «Emolumentos ao Tribunal de Contas».

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, 10 de Março de 1949.— O Correio-Mor, *Couto dos Santos*.